

# POLÍTICA LINGUÍSTICA: TERRA DE NINGUÉM, TERRA DE TODOS

## Notas a partir de um Posto de Observação Moçambicano

LANGUAGE POLICY: NO MAN'S LAND, LAND OF ALL

Notes from a Mozambican Observation Post

Armando Jorge Lopes\*

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

ajlopes@zebra.uem.mz

### *Resumo:*

A presente comunicação ocupa-se de duas frentes. A primeira frente remonta a um curso de Verão sobre a política do Português em África e na Europa, que a Universidade de Lisboa realizou na Arrábida em 1998, tendo então, no âmbito da transdisciplina da Linguística Aplicada, sugerido (comunicação publicada em 2002) a construção de uma convergência entre a planificação linguística, que considero ser a teoria científica, e a política linguística, digamos a teoria indigenizada, que é a prática. Nesta interface da Linguística Aplicada, localizada em *terra de ninguém* porque a contiguidade fronteiriça da planificação e da política linguísticas cria esse espaço especial de pertença e de reflexão por todos, pretendo aqui retomar temas-suporte do sistema ecológico da língua portuguesa, de entre outros, o tema da custódia de língua, a problemática do paradigma metodológico para este tipo de pesquisa, o tema da naturalização de língua e seus usos, o da substituição de uma língua oficial de comunicação mais ampla por outra e o tema da morte de língua.

---

\* Linguista moçambicano, natural de Maputo, é actualmente Vice-Reitor da Universidade Politécnica de Moçambique. É Professor Catedrático Jubilado no Departamento de Linguística e Literatura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), da qual também foi Director. Obteve o Mestrado em Ensino da Língua Inglesa e Linguística na *University of York*, UK (1982), e o Doutoramento em Linguística Aplicada na *University of Wales*, UK (1986). Fez dois pós-doutoramentos, tendo um sido na University of Southern California em Los Angeles (1991) e o outro na University of Cambridge, UK (1993). Publicou 10 livros (o primeiro dos quais na Imprensa da UEM em 1980) e apresentou mais de 70 comunicações a conferências em Linguística Aplicada e línguas, tendo a maior parte sido publicada em revistas especializadas internacionais e como capítulos em livro. Os seus principais interesses incluem a escrita em língua segunda, a retórica contrastiva, metodologias de ensino de línguas estrangeiras, design curricular, psicologia cognitiva, análise do discurso, política linguística, planificação linguística, alfabetização e léxicos de usos.

Na decorrência da frente da planificação e política linguísticas, a segunda frente transporta-nos para o devir, e assim tenciono reflectir sobre o conceito transdisciplinar da 'lusofonia' que, da *terra nullius*, vem clamando por conceptualização e operacionalização; ao mesmo tempo, procuro discutir franjas do assunto que, à semelhança da planificação linguística, se reveste de interfaces eminentemente sociais, culturais e históricas, e que permeiam questões tratadas na primeira frente desta comunicação.

*Palavras-chave:* planificação linguística, política linguística, lusofonia, transdisciplina.

*Abstract:*

This communication deals with two fronts. The first front dates back to a summer course on the Portuguese policy in Africa and Europe, held by University of Lisbon in Arrábida (1998), under the transdiscipline of Applied Linguistics, where it was suggested (paper published in 2002) the construction of a convergence of language planning, which I believe it is a scientific theory, and language policy (the 'indigenized' theory), which is the practice.

In this Applied Linguistics interface, located in no man's land because the border contiguity of language planning and policy creates that special space of belonging and reflection by all, I hereby want to return of the support themes of the ecological system of the Portuguese language, among others, the language of custody issue, the issue of methodological paradigm for this type of research, the issue of language naturalization and their uses, the replacement of an official language of wider communication for each other and the topic of the death of language.

As a result of the planning and language policy, the second front takes us to the becoming, and so I intend to reflect on the transdisciplinary concept of 'Lusophony that of 'terra nullius', one that calls for conceptualization and operationalization, while seeking to discuss the subject fringes that, like the language planning, is of eminently social, cultural and historical interfaces, and that permeate the issues dealt with in the first front of this communication.

Keywords: language planning, language policy, Lusophony, transdiscipline

## Introdução

Há dias, como o faço algumas vezes ao longo do ano, atravessava a fronteira entre Ressano Garcia, do lado de Moçambique e Komatipoort, do lado da África do Sul. Só que desta vez foi diferente, talvez pressionado por se estar a aproximar o tempo de escrever uma comunicação para esta conferência internacional na bela cidade de Braga. Ao atravessar "a terra de ninguém" (ou *no man's land*, numa das línguas oficiais do nosso

vizinho), aquela extensão de pouco mais de duzentos metros que a ninguém pertence mas que une os dois lados, disse para mim: Está aqui o meu *paper*. Passo, então, a explicar-me e espero que a argumentação seja útil e não enfadonha.

A *lusofonia* é a formulação de uma ideia, um conceito transdisciplinar que julgo tratar melhor através da transdisciplina que é a Linguística Aplicada, tal como se lhe referiu James (1993). A Linguística Aplicada funciona como uma interface que se ocupa da terra de ninguém entre a planificação linguística, que é a teoria científica e a política linguística, que é a teoria indigenizada, ou seja a teoria da prática. A lusofonia que, em minha opinião, é um conceito transdisciplinar em construção, consta da agenda da Linguística Aplicada, que inclui os temas da custódia de língua, usos de língua, substituição, revitalização ou morte de uma língua, entre outros, temas-conceito estes essenciais, porque contíguos, para a reflexão sobre a lusofonia. Assim, temos o conceito transdisciplinar da lusofonia relacionando-se com outros conceitos transdisciplinares como os conceitos referidos, que lhe são afins, no coração da Linguística Aplicada transdisciplinar, sendo esta delimitada, por contiguidade, pela planificação linguística, de um lado da fronteira, e a política linguística, do outro. Esses conceitos são, pois, objecto de tratamento *in tandem* por parte das duas teorias.

A *política linguística* consiste num corpo de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visa materializar uma pretendida mudança linguística numa determinada comunidade de falantes. Ou, como, perante uma audiência sobretudo de educadores, Luís Bernardo Honwana (2011) magistralmente procurava definir o conceito para o caso moçambicano e talvez não só, recorrendo a enfoques de natureza ideológica e histórica:

O estado é simultaneamente o objectivo final do movimento nacionalista e o instrumento para a construção da nação que, conseqüentemente, deve ter uma natureza multicultural. A política linguística vem assim substituir os processos violentos que levaram à formação das actuais línguas universais e línguas eurásicas. Ela é um elemento fundamental na validação e defesa do multiculturalismo como alternativa nacional.

Por seu turno, a *planificação linguística*, outrora conhecida por ‘engenharia linguística’, consiste num conjunto de actividades que visa conceber mudanças linguísticas numa determinada comunidade, e cuja intenção, ao nível das autoridades competentes, assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação (Lopes, 2002: 19).

A planificação linguística mantém laços estreitos de relacionamento com o campo da linguística social, que estuda as forças sociais que influenciam a mudança linguística e os tipos de mudança motivados pelas forças sociais. Como apropriadamente dizem Kaplan e Baldauf, Jr. (1997: 307)<sup>1</sup>:

Se não se entender a linguagem como fenómeno social, é praticamente impossível realizar planificação linguística, excepto no sentido mais restritivo da planificação do corpus. Isto não equivale a dizer que os insumos da linguística autónoma são irrelevantes (...). Mas a planificação em termos de estatuto requer uma abordagem muito diferente em relação à definição do conceito de língua e à compreensão da inter-relação entre as populações humanas e a(s) língua(s) usada(s) na comunicação com os outros.

### Custódia de língua

A custódia da língua portuguesa pertence a cada um dos oito Estados, regiões e comunidades que a falam (Martins, 2006: 81). Muitos falantes nativos e não só orgulham-se, com naturalidade, do facto de o Português no mundo ser reconhecido como língua internacional e em expansão. Mas na verdade, o Português perde o seu estatuto mais localizado, digamos o seu *parochialismo*, e adquire a internacionalidade e intercontinentalidade, pela simples razão desta língua não ser propriedade de nenhum Estado e povo. Por outro lado, também não cabe ao falante-nativo nenhum direito especial de expressão.

---

1 Unless one perceives of language as a social phenomenon, it is quite impossible to undertake language planning, except in the most restrictive sense of corpus planning. This is not to claim that insights from autonomous linguistics are irrelevant; on the contrary, some of the notions available in grammatical theory are central to corpus work. But status work requires a quite different approach to the definition of language and to the understanding of the inter-relationship between human populations and the language(s) they use in communicating with each other.

Na área do ensino de línguas assume-se, por vezes, que apenas é adequada a competência linguística e comunicativa do professor falante-nativo. Assume-se, assim, que o professor falante-nativo é detentor de uma espécie de patente sobre o que constitui falar correcta e apropriadamente e sobre o que constitui escolha adequada das metodologias de ensino. Para mim, este assunto é diferente.

Embora importante o seu papel interventivo, eu acho que não compete ao falante-nativo um papel decisivo em julgamentos a propósito da evolução da língua portuguesa em Moçambique. Como também não compete ao falante-nativo de Portugal, Brasil ou Timor-Leste. Na realidade, a língua portuguesa é uma língua internacional porque nenhum país, singularmente, pode ou deve reivindicar a sua custódia. Muitos falantes-nativos sentem-se certamente satisfeitos pelo facto do Português ser um meio de comunicação internacional. Mas no processo de se tornar um meio de comunicação internacional, deixou de ser apenas a língua de um determinado lugar ou comunidade de falantes. Não se está a falar de um poder que é delegado a outros, enquanto ao mesmo tempo se retêm direitos *senhoriais* de propriedade. Outros povos detêm também esses direitos, porque a língua portuguesa pertence a todos os que a usam para a sua comunicação diária e a todos os que gostam de se exprimir nessa língua.

Em diversos contextos, incluindo os da escola, *o modelo do falante não-nativo que se expressa com fluência* não é menos apropriado que o modelo do falante-nativo que entende a situação do aprendente não-nativo no seu processo de aprendizagem e entende as estratégias que o aprendente utiliza. Não há nenhuma relação pré-determinada entre as propriedades da fluência e a condição de falante-nativo. Talvez seja necessário desmitificar o conceito de *falante-nativo*, reformulando-o para servir sociedades multilingues em que muitos aprendentes adquirem simultaneamente mais do que uma língua como línguas nativas, sendo por vezes difícil dizer que língua é a língua mãe ou a língua primeira. O que fazer então? Formular um novo conceito que incorpore denominadores sociais e culturais presentes em sociedades multilingues? Diferentemente da noção de ‘falante bilingue’, deveremos, então, teorizar um novo conceito do *falante-nativo em duas línguas*?

Posto isto, e a menos que eu a esteja a processar de forma distorcida, torna-se difícil aceitar a amplamente divulgada hipótese da *interlinguagem*

de Selinker, cuja base parece ser etnocêntrica, porque os seus defensores postulam que o assunto da norma e do padrão é assunto que pertence exclusivamente ao círculo das variedades nativas. Postulam ainda que os falantes não-nativos, ao procurar aprender a suposta norma do padrão exógeno, dificilmente alcançariam o 'alvo', permanecendo, assim, em pontos do percurso, que são rotulados de 'interlinguagem'.

Sabe-se, entretanto, que muitas pessoas em contextos plurilingues aprenderam línguas segundas e línguas estrangeiras com elevado sucesso. Com muita frequência, em Moçambique e em muitos outros países africanos, as crianças crescem com duas ou três línguas em simultâneo, embora, algumas vezes, com certas limitações em diferentes áreas da competência linguística, comunicativa e discursiva. Assim, se tivéssemos de teorizar sobre o Português Moçambicano (PM) como interlinguagem, isso empurrar-nos-ia para um contexto de sérias implicações teóricas e ideológicas. É claro que existem diferentes pontos de vista, alguns com pouco consenso sobre o que realmente é o PM. Eu acho que o PM não é uma interlinguagem, e acho que não estão certos os que defendem que apenas as variantes nativas é que estão aptas a constituir-se em "norma". Enquanto não for mais bem tratada e resolvida a questão sobre a norma e padrão de língua, devemos actuar com cuidado, imaginação e à medida das possibilidades em contextos pedagógicos e não só.

A teoria da interlinguagem é, do meu ponto de vista, um mito, e os preconceitos, estereótipos e etnocentrismo a ela associados não são apenas pertença exclusiva do chamado mundo ocidental, como, por vezes, se pretende insinuar. Mas há mais mitos relacionados, incluindo o firmado mito sociolinguístico da alternância de código (*code switching*). Na realidade, alternar em situações heteroglóssicas não se restringe a códigos apenas; a alternância ocorre também em várias áreas, tais como o sotaque, a cultura, a religião. A Linguística Aplicada ainda não foi capaz de captar o método epistemológico de um mundo dominado por muitas línguas e, neste mundo, os falantes não só alternam em termos do código, mas também, e enfaticamente, alternam em termos da cultura. Há mais de década e meia, no contexto da discussão sobre o papel das línguas bantu em Moçambique, sugeri (Lopes, 1997: 24-6) a introdução destas no maior número possível de registos, incluindo o registo do poder judicial e o registo do poder policial, registos estes em que podem ocorrer deficiências e insuficiências

em termos dos actos comunicativos interpessoais. São aqui relevantes as reflexões que Mabasso vem produzindo neste domínio como atesta o seu recente estudo (2013) sobre os eventos de alternância de código e de cultura registados e analisados em esquadras da polícia moçambicana. Assim, poderíamos considerar, para estudo deste e de outros contextos, a existência de *uma situação de alternância de código e de alternância de cultura*, e arriscaria mesmo adicionar ainda a identidade. Em suma, *alternância de código, alternância de cultura (culture switching) e alternância identitária (identity switching)*. É mais ou menos isto também o que se passa ao atravessar a nossa fronteira para o outro lado. Regra geral, e em termos médios de ocorrência, ao interagirmos com os vizinhos, no outro lado, mudamos de código — do Português para o Inglês ou Afrikaans, ou de uma língua bantu para outra língua, na maior parte dos casos, até alternarmos para a língua de partida, após o regresso; mudamos em termos de várias práticas e hábitos culturais, como por exemplo, no que comemos e como comemos; e, algumas vezes, põe-se em prática uma mudança de identidade adquirida, porque o ser humano também tende a ser múltiplo na sua identidade, como acontece, por exemplo, assumir-se um estatuto diferente quando se está nesse país, uma nacionalidade diferente, adotando-se, uma dupla ou mesmo tripla nacionalidade, accionando diferentes facetas identitárias.

Algumas vezes, e conforme as necessidades das ocasiões e as funções e papéis desempenhados num dado contexto, situações há em que o falante muda de um código A (p.ex., Português) para um código B (p.ex., Xichangana ou uma mistura entre Xichangana e Xirhonga), do código B para um código C (p.ex., Inglês) e, ao dirigir-se para as minas do Rand, do código C para um código D (p.ex., o Fanagaló), produzindo-se, deste modo, uma cadeia de códigos.

### **Paradigma metodológico para a pesquisa**

Apesar de alguma utopia, busca-se para a Linguística Aplicada, Etnografia Educacional, Sociologia e Etnometodologia um paradigma que melhor acolha a dimensão hermenêutica na pesquisa dos assuntos até aqui discutidos e dos que se seguirão, fazendo-se, quando necessário, associar a hermenêutica à nomotética, que é essencial no caso do investigador, principalmente em África ou trabalhando sobre África, em que tem de lidar,

por um lado, com informação não documental em forma de tradição oral e história oral e, por outro, com informação expressa nos diversos saberes e tradições culturais (Lopes, 1998b: ix). Muito embora tenha, algumas vezes, adoptado abordagens nomotéticas na Linguística Aplicada, assumo-me, acima de tudo, como um hermeneuta, numa versão certamente não tão profunda como a do sociólogo Moisés de Lemos Martins, ao definir-se no seu fascinante livro *Crise no Castelo da Cultura*:

Tenho passado quase toda a minha vida a ler e a interpretar textos. (...) Ora, quem lê textos e se entrega à tarefa de os interpretar é um hermeneuta. E é assim que eu me vejo, como um hermeneuta. Interpreto textos, não apenas com preocupações académicas, mas igualmente com preocupações cívicas. (Martins, 2011: 61)

Hoje, como na África pré-colonial e pré-alfabetizada, a língua constitui-se num elemento fundamental para a manutenção da associação entre a cultura e os antepassados; e não há razão para antagonismos entre a escrita e o oral, entre as capacidades de saber ler e saber escrever e as capacidades de saber falar e saber compreender a fala, nem entre o acto de valorizar a tradição oral e o acto de promover a alfabetização e as várias práticas literárias.

Pela via nomotética observamos como e porque é que o texto significa o que, realmente, significa. Trata-se de uma abordagem aos múltiplos significados, às ambiguidades e às metáforas e a tudo o que é apresentado no produto sob forma de sons articulados audíveis ou sob forma de uma página impressa, como ocorre, por exemplo, no acto de substituição de uma palavra ou expressão por outra numa tradução, evitando-se afectar o sentido considerado mais apropriado. Esta metodologia, a nomotética, é relativamente acessível e, de algum modo, utilizamo-la na investigação.

A outra metodologia, a hermenêutica, que é de operacionalização mais difícil, mais complexa, consiste numa avaliação do texto, isto é, como e porque é que o texto é ou não efectivo para os seus próprios propósitos, em que medida é bem-sucedido ou falha. Por esta via, assume-se a interpretação não só do contexto de situação e do contexto de cultura, mas também a interpretação da relação entre as características linguísticas e discursivas presentes no texto, e a análise do cotexto e das características

do ‘ambiente’ em que o texto foi produzido, incluindo possíveis reconstituições das intenções do seu produtor. Interpretar um fenómeno ou evento é fundamentalmente um acto pessoal e, por isso, é bastante difícil estandardizar o método hermenêutico. Cada método hermenêutico ajusta-se a um contexto particular, mas a sua não-estandardização não deve ser interpretada como uma licença para fazer tudo e qualquer coisa. O que é preciso fazer é aperfeiçoar as nossas sensibilidades para não correremos o risco de efectuar interpretações sem sentido, um dilema que os historiadores e críticos literários conhecem bem, porque não há manual que adopte uma abordagem individual à aprendizagem.

Por outro lado, onde estão os modelos de trabalho de que necessitamos para a gestão do bem social, cultural, económico? A este respeito, Mia Couto dizia em 1993 o que ainda me parece actual:

Moçambique foi durante quase 15 anos laboratório de uma experiência libertadora original. Hoje [em 1993] essa experiência se ajoelhou perante a violência destruidora de uma guerra que já fez um milhão de vítimas.(...) As certezas de ontem, as ideologias de esquerda ou de direita esgotaram-se. Não foi o Leste que tombou. Foram todos os pontos cardeais. Os africanos procuraram fora modelos para a construção e gestão das suas sociedades. Esses modelos têm provado não servirem.

Talvez a falha não deva ser apenas imputada ao facto dos modelos terem sido “importados”. Mas é um facto que não soubemos razoavelmente gerir a osmose entre esse saber local e o saber de teor mais universalizante, que é natural e permanentemente “importado”. É pertinente perguntar-se qual tem sido o papel dos académicos. Estamos a produzir, difundir e competir no mundo do conhecimento? Como estão os padrões de qualidade da pesquisa e ensino na nossa academia? A este respeito, ouçamos o intelectual, cientista e académico sul-africano Malegapuru Makgoba, que é também Reitor da prestigiada Universidade de Kwazulu-Natal em Durban:

...a maior parte da produção do conhecimento ocorre a nível do doutoramento. É por isso que hoje em dia a habilitação mínima para trabalhar numa universidade é o grau de doutoramento...Esta habilitação mínima de doutoramento deve ser acompanhada de três outros requisitos indispensáveis, a

saber: publicações académicas de qualidade, inovação no ensino e capacidade de atrair bons financiamentos. O académico moderno vive, respira e morre por estes critérios.<sup>2</sup> (1997:225)

O hermeneuta e o nomoteta que se prezem confrontam a ortodoxia, o dogma e não permitem ser co-optados pelo capital e pela governação. É claro que, como a vida nos tem ensinado, as questões de *poder* são complexas. Quanto mais analisamos Michel Foucault (1982), mais aprendemos que os indivíduos que exercem o poder—não só os indivíduos comuns—estão todos eles subjugados ao poder e dele se beneficiam (como lembrava o angolano Marcolino Moco numa recente entrevista à STV, em Maputo)! Quanto mais lemos sobre o *campo de acção* e sobre as *estruturas* de Pierre Bourdieu (1986), melhor compreendemos que o capital, como forma de poder, não é apenas económico, mas sim, relevantemente, social e cultural! A história é uma história do rebento, da floração e da murchidão. É indispensável fazermos o estudo das forças que produzem mudanças na história, de molde a compreendermos a natureza do poder que faz funcionar a língua portuguesa como língua do mundo.

### Naturalização de língua e seus usos

Continuo a achar válida e útil a formulação de 1997 sobre o conceito do que designei de *naturalização de língua*, a saber:

Naturalização é a aceitação por parte de uma comunidade de indígenas de uma língua que lhe é alheia e à qual concedeu estatuto de cidadania. Esta aceitação pressupõe uma adaptação contínua desta língua às novas realidades (indigenização ou nativização), bem como o reconhecimento de que a utilização das formas e significados da nova realidade não-nativa (níveis de realização) serve o seu propósito funcional. (Lopes, 1997: 39)

---

2 ...the most generation of knowledge occurs at the doctorate level. That is why the minimum qualification for a university today is a doctorate degree...This minimum doctoral qualification should be accompanied by three other absolute requirements. These are: quality research publications, teaching innovations and the ability to attract quality funding. The modern academic lives, breathes and dies by these criteria.

Quando Moçambique se tornou independente em 1975, a língua portuguesa, que anteriormente se revelara pragmática e flexível durante a gesta nacionalista, continuou, no país nascente, a mostrar-se adaptável à realidade moçambicana. É, pois, na altura, *oficialmente* naturalizada, com direito a um novo passaporte.

Os factores sociais e culturais em Moçambique têm requerido o uso de novas palavras e expressões a que chamámos de *moçambicanismos*. Há e haverá sempre um sabor mais ou menos indígena acerca do PM. No nosso imaginário, na nossa escolha de palavras, nas *nuanças* de significado que atribuímos a certas palavras, verificaremos sempre que somos diferentes de outros. Mas, embora não haja dúvida de que o PM existe, não é fácil defini-lo linguisticamente. A complexidade da situação moçambicana torna qualquer descrição linguística do PM uma tarefa extremamente árdua, densa e complexa, requerendo sempre, naturalmente, indispensáveis contributos por parte de pesquisas sociológicas, históricas e antropológicas.

Sobre as inovações lexicais do PM, são várias as obras já produzidas por académicos e intelectuais moçambicanos e de outras origens. Contudo, e pese embora a interessante obra de Cavacas (1999) sobre a produção *miacoutiana*, empréstimo que contraio de Bastos e de Brito, gostaria aqui de realçar a abordagem teorizante que estas duas académicas adoptam na sua pesquisa de 2011, com respeito ao elemento da *criatividade* (por vezes, literária):

Centramo-nos, neste trabalho, em alguns aspectos da obra *miacoutiana*, no tocante à criatividade/produktividade do sistema lexical da língua portuguesa, resultante da aplicação de estratégias utilizadas pelo escritor no ato da textualização discursiva. Fixamo-nos em aspectos culturais lusófonos presentes em fragmentos de *O beijo da palavrinha* e de *Estórias abensonhadas*, relativamente à incorporação de palavras novas, o que nos leva à confirmação de que com o “velho”, o aprendido, constrói-se o “novo”.

A recriação criativa de palavras na literatura tarda a pegar na comunicação corrente, mas independentemente desse facto, acho que os moçambicanismos novos que surgem na escrita criativa, e respeitando a liberdade particular que o escritor precisa de ter para realizar as suas experiências, devem igualmente integrar os Léxicos de Usos do PM. São parte das

estratégias criativas empregadas por autores moçambicanos que escrevem em Português para criar um ambiente moçambicano na sua escrita, mantendo em mente a audiência. As necessidades artísticas para o uso criativo da língua são tão parte do uso pleno da língua como do seu uso puramente funcional.

São diversos os estudos sobre o PM, de outros níveis que não os de enfoque no Léxico de Usos, realizados por vários linguistas<sup>3</sup>. Muito embora sejam relevantes essas pesquisas, sou de opinião que é no léxico que as mudanças do PM são mais aceleradas e que a moçambicanidade do Português está, de imediato, mais fixa e visível. Defendo igualmente que os Léxicos de Usos devem incluir o uso imaginativo da língua expresso pelos escritores moçambicanos.

A colocação do novo (palavras novas) construído a partir do velho é interessante, sobretudo numa perspectiva da teoria funcional da comunicação (Lopes, 1987). Transporta-nos para o mundo linguístico checo dos anos sessenta, mundo criador do dinamismo comunicativo, que é o que tonifica a escrita miacoutiana e lhe confere o acento tónico em termos da informação mais relevante que se pretende comunicar. O tema ou informação velha ou dada é o elemento portador do menor grau desse dinamismo comunicativo, sendo o rema ou informação nova, o elemento portador de maior dinamismo. Interessante como o paradigma entre o velho e o novo se constitui em motor do desenvolvimento da escrita e, sobretudo, da escrita criativa, através da incorporação de palavras novas, que são as mais dinâmicas, porque surgem como novidade, sendo detentoras de elevados níveis de imprevisibilidade face ao que é velho, ou menos novo.

É sempre difícil decidir sobre a inclusão ou exclusão de determinada formação — palavra, expressão ou estrutura — num Léxico de Usos do Português Moçambicano (PM)<sup>4</sup>. Por vezes, incluem-se formações que,

3 Destaque para P. Gonçalves com vários trabalhos sobre o PM, sobretudo a nível micro-linguístico.

4 da Silva, R.C. (2009) *Do léxico à possibilidade de campos isotópicos literários*. Tese de Doutoramento (não publicada), Universidade do Porto. Dias, H. (2002) *Minidicionário de Moçambicanismos*. Maputo: Ed. autora. Lopes, A.J, Siteo, S. e Nhamuende, P. (2002) *Moçambicanismos: Para um Léxico do Português Moçambicano*. Maputo: Livraria Universitária. Machungo, I. (2001) *Neologisms in Mozambican Portuguese – a morphosemantic study*. Tese de Doutoramento (não publicada), University of Ghana, Legon. Mendes, I. (2000) *O Léxico no Português de Moçambique (Aspectos Neológicos e Terminológicos)*. Maputo: PROMÉDIA.

apesar de não serem rigorosamente moçambicanismos, são de interesse especial e particular dos moçambicanos. Algumas formações já constam de outros léxicos, glossários ou dicionários, que serviram mesmo de corpus de exclusão; mas essas formações adquiriram novas cargas, incluindo a semântica, na sua evolução para o PM. Ao conjunto deste tipo de formações costuma-se chamar *neologismos dicionarizados*. Por outro lado, os neologismos que não se encontram registados em nenhuma parte, aqueles que se fixam pela primeira vez, são designados por *neologismos não-dicionarizados*.

Mas esta forma tradicional de categorizar levanta-nos algumas interrogações. Como considerar palavras e expressões — p.ex., *a luta/a luta de libertação* — que existem no Português Europeu (PE) ou Português Brasileiro (PB) mas que, sem terem sofrido modificação do sentido original, adquiriram todavia uma certa conotação moçambicana, uma certa ‘aura’ local? Como considerar o caso de palavras dicionarizadas, aparentemente primeiro surgidas em Portugal onde algumas, em certa medida, já são poucas usadas, funcionam, no entanto, em Moçambique com elevada frequência e onde têm um significado já muito específico e uma marca de identificação que se moçambicanizou? Por exemplo, o termo *matabicho* (pequeno-almoço) não será um moçambicanismo? Ou, pelo menos, também um moçambicanismo?

E o que dizer de palavras utilizadas por diferentes línguas, em alguns casos quase de forma universal, como por exemplo, *bazar*, *sipaio*, *apartheid*? Não serão também moçambicanismos? E finalmente, uma palavra como *machimbombo* não será um moçambicanismo porque já está registada em dicionários portugueses ou dicionários brasileiros?

Penso que o facto de um termo de uma das variedades diferentes do PE, PB ou PA (Português Angolano) já estar dicionarizado em Portugal, Brasil ou Angola não implica necessariamente que o mesmo tenha perdido o seu estatuto de cidadania, como julgo acontecer com *machibombo*, ou de co-cidadania como creio acontecer com *apartheid* ou com o termo marcadamente localizado como é *bazar* no sentido de ‘mercado’ [não de ‘feira’ como indica o *Novo Aurélio*, muito embora a palavra exista no PM para referir, p.ex., *a feira de pau-preto*]. Sobre esta questão da categorização, existem formações que adquiriram conotações moçambicanas, uma aura moçambicana, por vezes histórica, mas sem particular mudança de sentido. Por exemplo, *quadro* (não apenas no sentido do PE, como em ‘Sindicato dos

Quadros Técnicos da Função Pública'), com o significado no PM de *peessoa com formação técnica e sobretudo política*, ou *a luta (a luta continual)*, formação que é parte do vocabulário internacional de esquerda, mas com específicas associações aos contextos históricos de Moçambique e da África Austral.

O facto de um termo, localmente considerado PM ou percebido como tal, já estar dicionarizado (e assumido) em Portugal, Brasil ou outros países não implica necessariamente que o termo ou expressão tenha perdido o seu estatuto de cidadania ou co-cidadania, como *machimbombo*, *balalaica* (indumentária), etc. Ao atravessarmos a terra de ninguém, deveremos ser criativos para resolver problemas deste tipo, que também tocam no domínio das atitudes.

### Substituição de língua

Moçambique é considerado um país multilingue, multicultural, multiétnico, multireligioso e de elevada diversidade linguística média (Lopes, 1999).

No passado, classificava-se o nível de diversidade linguística de um país com base no número de línguas aí faladas. Em tempos mais recentes, passou-se a adoptar o critério de Robinson (1993: 52-5) para o tratamento da diversidade linguística, em que uma hierarquização do grau de diversidade linguística não deve ter por base o número total das línguas num dado país, mas sim a percentagem da população que fala uma língua tomada singularmente. Adicionalmente, o autor criou o conceito de *elevada diversidade linguística*, tendo estabelecido que se trata de casos em que uma percentagem não superior a 50% da população fala a mesma língua.

Em África, continente de 54 países, cerca de metade destes cai nesta classificação. A Costa do Marfim é o país africano de maior diversidade linguística. Tem 75 línguas e o Baule, que é a língua com mais falantes, regista cerca de um milhão e meio de falantes, representando, assim, 13% da população total do país, que é estimada em cerca de doze milhões de habitantes. É, pois, o país do continente com a diversidade linguística mais elevada. Na outra extremidade do continuum temos o Gana, com 73 línguas, que é o país de elevada diversidade linguística mais baixa. A língua com mais falantes, o Akan (sete milhões), representa 46% da população total do Gana (aprox. quinze milhões). Assim, a comparação entre diferentes países revela que o país em que a língua com mais falantes

representar a proporção mais baixa em termos numéricos populacionais é considerado o país com maior diversidade linguística.

Moçambique, onde o Emakhuwa representa 25% da população total, situa-se sensivelmente a meio da tabela dos países com a diversidade linguística mais elevada em África. Podemos, pois, assim, definir Moçambique como um país de elevada diversidade linguística média. Neste contexto, um crescente nível de alfabetização e escolarização não significa que se põe em risco o pluralismo linguístico e a diversidade cultural, como também assume Mateus (2002: 73), e muito menos ainda o pluralismo linguístico oficial, quando este ocorrer no futuro, isto é, quando as línguas bantu e a língua portuguesa forem, um dia, co-línguas oficiais, como sempre defendi. Não vejo razão para antagonismo entre o acto de alfabetizar e escolarizar e o acto de valorizar a tradição oral. Porque é que não seria possível dinamizar concomitantemente as duas dimensões da realidade? A oficialização das línguas bantu seria benéfica para as práticas escritas e para as práticas orais destas línguas. E teríamos, sobretudo, uma solução democrática e equilibrada para a questão linguística. Qualquer que seja a direcção, nunca pode deixar de estar na mesa o papel determinante das línguas africanas, como vem preconizando Ng g wa Thiong’o, sobretudo no seu poderoso ensaio ‘The Language of African Literature’, em que disserta sobre a devastação psicológica e cultural criada pelo domínio e hegemonia das antigas línguas coloniais no seio das elites das classes média e média-alta africanas no pós-colonialismo.

Quanto ao Inglês e como já o afirmei (Lopes, 2013: 141-2), não vejo como esta língua poderia perigar o pluralismo desejado, enquanto registos-chave como, por exemplo, a linguagem da escola, da administração, da justiça e da religião se mantiverem na língua portuguesa ou, como advogo, na língua portuguesa e nas línguas bantu.

Em relação às crianças cidadinas que tendem a ser unilingues enfraquecendo, supostamente, o potencial horizonte de um pluralismo linguístico saudável, acho que tal resulta, sobretudo, do tipo de políticas e práticas adoptadas. Seria desejável que a criança se tornasse bilingue e biliterata numa língua bantu e no Português e que, gradualmente, adquirisse ainda proficiência numa língua estrangeira como é o caso do Inglês, ou também do Francês, dadas as relações de Moçambique particularmente com os países da região do Oceano Índico. Por outro lado, não vejo problema no

facto de um número crescente de crianças urbanas continuar a nascer com o Português como língua materna. O problema com a aceitação deste facto, se realmente existe, localiza-se nas práticas unilingues em contextos multilingues!

Por vezes, o receio da substituição do Português aponta para o caso da Namíbia. Mas, em minha opinião, na Namíbia, onde o Inglês está gradualmente a desalojar o Afrikaans, as duas línguas coexistiram ao longo do tempo como línguas oficiais. Apesar da posição particular que o Inglês ocupou até às primeiras décadas do século XX em Moçambique, muito embora nunca tenham sido usadas lado a lado oficialmente, não consigo imaginar como é que a língua inglesa poderia vir a tomar o lugar da língua portuguesa. Qualquer tentativa de substituição do Português pelo Inglês como meio de comunicação e/ou meio de ensino em Moçambique criaria mais problemas que benefícios ao país. O argumento a favor do uso do Inglês em vez do Português com a justificação de que a nação se comunicaria mais efectivamente através do Inglês com os Estados vizinhos e com o mundo, em geral, é indefensável e é, pelo menos, matéria para debate. É verdade que o Inglês é a *língua franca* da região da Comunidade do Desenvolvimento da África Austral (SADC) e que, sendo a língua mais internacional usada no comércio, tecnologia e intercâmbio académico, se revele importante para o desenvolvimento de Moçambique.

Nos últimos anos, o futuro em Moçambique da língua portuguesa, que também é língua oficial da SADC conjuntamente com o Inglês e Francês, e a possibilidade desta língua ser substituída pelo Inglês têm merecido atenção na imprensa, tanto nacional como internacional (Lopes, 1998<sup>a</sup>). Para além disto, a adesão de Moçambique à Commonwealth renovou o interesse por este assunto. Parece que há pessoas que têm dificuldade em compreender como é que uma antiga colónia portuguesa aderiu a uma comunidade *anglófona*. Na essência, afirmam que o território nunca teve laços históricos e culturais com o mundo *anglófono* e receiam que a decisão moçambicana possa, a longo prazo, fazer perigar o papel da língua portuguesa no país. Mas há, naturalmente, várias facetas de natureza histórica, política e linguística que mostram que a influência *anglófona* e a influência do Afrikaans têm raízes antigas em Moçambique.

O trabalho migratório tem sido uma das formas mais constantes das relações interterritoriais na África Austral. Habitantes do território que mais

tarde se veio a chamar *Moçambique* viajavam para trabalhar nos territórios vizinhos, mesmo quando a presença portuguesa estava apenas confinada a alguns estabelecimentos, principalmente na costa<sup>5</sup>. Em meados do século XIX há registo de emigrantes de Moçambique para as colónias inglesas do Cabo e do Natal. A descoberta de diamantes em Kimberley em 1867 e do ouro em Witwatersrand em 1886 resultou numa maior procura da força de trabalho e no posterior recrutamento de trabalhadores emigrados. Na sequência da Conferência de Berlim, realizada em 1884-85, novas unidades territoriais — as colónias europeias — substituíram os Estados africanos independentes existentes e as chefaturas. As campanhas militares em Moçambique conduziram à implantação das primeiras estruturas administrativas coloniais. O governo português facilitou, particularmente, a emigração de trabalhadores do Sul de Moçambique para as colónias inglesas e repúblicas boers. Em 1896 o governo iniciou contactos com a Câmara das Minas, que deram origem a um acordo sobre o sistema de recrutamento da força de trabalho em Moçambique. Na altura da Guerra Anglo-Boer, 1899-1902, havia 80 000 moçambicanos oriundos da região sul a trabalhar no Transvaal. A força de trabalho proveniente do Vale do Zambeze e do Norte de Moçambique também foi exportada não só para o Transvaal, mas também para a Rodésia do Sul (agora Zimbabwe), Rodésia do Norte (agora Zâmbia) e Niassalândia (agora Malawi). Mas a influência britânica em Moçambique também aconteceu através da concessão de vastas áreas de terras pelas autoridades portuguesas, e ainda através da utilização das redes de transporte, em particular as linhas férreas para e do hinterland. O acesso ao oceano para facilitar as ligações do hinterland com o mundo cedo se tornou num pólo de ambição e disputa entre Portugal, o Transvaal e a Inglaterra.

No domínio da língua, as marcas do Inglês são evidentes em todas as línguas faladas em Moçambique, incluindo o Português. Cabral (1975) registou muitas palavras por via do empréstimo e adaptadas do Inglês para as línguas bantu de Moçambique. Por exemplo, adaptações como ‘xipenete’ (Xironga) de ‘pin’; ‘chileti’ (Xichangana) de ‘slate’; ‘sitolo’ (Cicopi) de ‘store’; ‘baseni’ (Cinyanja) de ‘basin’; ‘tia’ (Xitshwa) de

5 No século XIX, estes estabelecimentos localizavam-se principalmente ao longo da costa, como eram os casos da Ilha de Moçambique, Ilhas Quirimbas, Quelimane, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques, e no interior como Sena, Tete e Zumbo.

'tea'; 'pukhu' (Emakhuwa) de 'book'; 'picha' (Kiswahili) de 'picture'; 'machese' (Ciyao) de 'matches'; 'boora' (Cinyungwe) de 'to bore'; 'xitimela' (Cisena) de 'steamer'; 'njinje' (Gitonga) de 'change'. E é claro que há bastantes palavras que as línguas bantu receberam por empréstimo da língua portuguesa. Por vezes, registaram-se dois empréstimos, um do Inglês e outro do Português para o mesmo item: 'esokisi' e 'emeya' em Emakhuwa de 'socks' e 'meias', respectivamente; e é também interessante notar, como faz Magaia (1997), a evolução do significado de uma palavra ao longo do tempo: 'steamer' deu origem a 'xitimela' ('comboio'), porque os primeiros comboios eram conduzidos a vapor; 'gas' resultou em 'guesi' (electricidade), porque a primeira iluminação pública ocorreu por meio do gás.

O argumento linguístico pode, pois, também ser utilizado para refutar a ideia de que a língua inglesa não tem tradição em Moçambique. Até mesmo alguns nomes patronímicos fornecem evidência de como o Inglês influenciou o homem moçambicano, que no passado foi mineiro. A origem de nomes como 'Faife' (five), 'Fiftin' (fifteen), 'Siquisse' (six), 'Nayene' (nine), etc., faz-nos tristemente lembrar os dias em que os mineiros raramente eram tratados pelos seus próprios nomes, sendo, sim, chamados pelo número de registo ou por um dígito que designava a função do trabalhador.

No mundo, cerca de duzentos milhões de falantes tornaram a língua portuguesa numa língua pluricêntrica e dinâmica, criando pressões que actuam em todas as direcções no seio do amplo sistema ecológico do Português. A língua portuguesa em Moçambique não é uma parte isolada desse sistema ecológico, em que se estabelecem e se reforçam alianças e relações entre os falantes e o mundo envolvente. O Português é, sim, necessariamente parte de um sistema ecológico complexo, que se amplifica através dos Estados africanos e comunidades que falam a língua portuguesa, e envolve Estados e comunidades da Europa, América e Ásia que também a falam. É, assim, uma língua que mantém falantes sempre acordados e comunicando-se por seu intermédio. Apropriando-me de um idiomatismo samoriano aplicado à cultura, transponho-o, agora, com a devida vénia e a necessária adaptação à língua portuguesa, qualificando esta como um sol que nunca desce.

## Morte de língua

A questão do estatuto oficial para as línguas não pode ser ignorada em nenhum estudo de revitalização linguística em África. Uma verdadeira revitalização linguística requer caminhar-se em direcção à solução deste problema, sendo o objectivo último satisfazer as necessidades humanas básicas para o desenvolvimento, que devem incluir o direito dos cidadãos ao uso das suas línguas maternas também em situações oficiais.

As línguas nativas sem estatuto oficial ou sem um estatuto co-oficial num contexto plurilingue são línguas que tendem a desaparecer, que tendem a morrer (Lopes, 2001)! E certamente um eventual desaparecimento de grande parte do património linguístico da humanidade faria desmoronar e tornar sem sentido a existência de qualquer teoria de planificação linguística. No ano de 2000 a Assembleia Municipal de Maputo adoptou por unanimidade o princípio de promoção do Xirhonga, língua importante da capital do país. Foi decidido, então, adoptar-se o Xirhonga como uma das línguas de trabalho, em sessões plenárias e nas comissões, com o objectivo de estimular a participação dos munícipes na vida do município.

O que é que a *promoção* do Xirhonga significa mais especificamente? Significa que um maputense que queira dirigir-se aos órgãos autárquicos na língua xirhonga poderá fazê-lo, assumindo o município os encargos organizativos e orçamentais para disponibilizar intérpretes ou tradutores para a língua xirhonga, que passa a ser também uma língua de trabalho nos diferentes órgãos do Conselho Municipal. Por outro lado, qualquer cidadão falante de outra língua bantu que a queira utilizar no seu contacto com os órgãos autárquicos poderá fazê-lo desde que providencie a necessária interpretação. Este desenvolvimento constituiu uma verdadeira viragem local, com impacto nacional no que diz respeito ao contexto linguístico e social do país. Através do seu uso numa importante instituição oficial, o Xirhonga passou a gozar de maior proeminência na sua região, ficando mais equilibrado o seu estatuto psicológico face ao Xichangana e ao Português. Preservar uma língua, e neste caso o Xirhonga, é realmente uma parte do restabelecimento da confiança e dignidade no conhecimento e capacidades tradicionais no seio da comunidade xirhonga. Infelizmente, e embora pareça haver vontade para o efeito, a experiência não tem conhecido o ritmo de implementação que seria de desejar.

## Nas franjas da lusofonia

A promoção do Xirhonga ao nível autárquico é extremamente importante para salvar a língua de possível extinção por ‘atrofiamento’ face ao Português e por ‘diluição’ face ao Xichangana. O Xirhonga e o Xichangana (e ainda o Xitshwa) pertencem ao mesmo grupo linguístico no seio da família bantu, gozando entre si de considerável inteligibilidade mútua. O desenvolvimento desta experiência linguístico-cultural e o potencial alargamento da experiência autárquica de Maputo a outras municipalidades do país revelarão certamente outras questões de natureza diferente e também interessante para a própria teoria da planificação linguística, que se faz e se refaz permanentemente.

Para além do uso do argumento anti-económico para políticas multilingues, assim como para a promoção de línguas minoritárias, como é o caso do Xirhonga, há posições populistas que defendem ser antidemocrático utilizar o dinheiro do cidadão, isto é, o dinheiro dos contribuintes, pago através dos impostos, para financiar produtos culturais que só são susceptíveis de interessar a minorias. Posições deste tipo são, em minha opinião, não defensáveis, porque delas resultam imobilismo e uma certa agressão a valores fundamentais da humanidade. Para além das suas consequências imobilistas, a que Bamgbo (2000: 46) chama de estratégias de evitação — eu preferiria chamar de *política linguística conduzida por uma cultura do silêncio*, em que nada acontece, nem pronunciamento nem implementação—as posições são indefensáveis porque ignoram valores da democracia cultural e da democracia política que são, essencialmente, o pluralismo, a diversidade, a inclusividade e a liberdade fundamental da humanidade, que é a do ser humano poder escolher, como sublinha Melo:

Quanto mais um meio cultural pretender fechar-se sobre si próprio, mais se enfraquece e anula. Por isso se impõe uma política cultural aberta e cosmopolita que tenha como uma das suas prioridades a afirmação internacional dos criadores e a participação dinâmica cultural global. O cosmopolitismo e a abertura internacional são a única forma eficaz de defesa e promoção das práticas culturais locais. (2002: 151)

Ou, ainda a propósito destes valores, como formula S. Whittaker, a partir de Windhoek, numa recente carta (7-13/06/2013) enviada ao Editor do semanário sul-africano *Mail & Guardian*:

O facto é que a elite política da África Austral é constituída por “negros” que são co-gestores do capital. A tragédia de Marikana [zona mineira] revelou que esta elite dirigente actuará como qualquer outra elite. Devemos lembrar-nos das inesquecíveis palavras de Amílcar Cabral: ‘Não queremos nenhuma forma de exploração nos nossos países, nem mesmo por parte de pessoas negras.’<sup>6</sup>

Recordando Neville Alexander, Whittaker prossegue, defendendo que possíveis avanços para o Movimento de Consciência Negra (MCN) (muito embora se interrogue se o MCN ou o nacionalismo africano não serão realmente uma classe-em-si) devem passar pelo debate sobre os conceitos de “classe-em-si” (*class-in-itself*) e “classe-para-si” (*class-for-itself*), associado ao tema do *non-racialism*, que para si:

...proporciona uma saída teórica ao divisionismo da política da identidade pós-modernista. De facto, o ideal do *non-racialism* – por que Alexander lutou arduamente – (...) inclui [no contexto dos debates sul-africanos] toda a humanidade.<sup>7</sup>

Com maior ou menor intensidade luminosa, não é difícil descortinar as franjas que explicam o *status quo* da política linguística moçambicana: 1. o receio de que uma política multilingue oficial prejudique o processo de construção da nação em curso, pondo em causa a unidade nacional; 2. o receio de oficializar línguas que se considera não estarem ainda suficientemente desenvolvidas; e 3. o receio de que uma política oficial multilingue se revele de difícil gestão, incorrendo-se, pois, em cenários dispendiosos.

---

6 The fact is that the political elite in Southern Africa are ‘black’ people who are co-managers of capital. The Marikana tragedy revealed that this ruling elite will act like any other. We should remind ourselves of the unforgettable words of Amílcar Cabral: ‘We do not want any exploitation in our countries, not even by black people.’

7 ...provides a theoretical escape route from the postmodernist divisiveness of identity politics. In fact, the ideal of nonracialism – for which Alexander struggled very hard – (...) is inclusive of all of humanity.

Não são estranhos tais receios; os receios acompanham-nos a vida inteira. O que fizemos e devemos continuar a fazer foi e deve ser enfrentá-los, superando os perigos e fantasmas que lhes estão subjacentes. O argumento de que a unidade nacional num país multilingue requer uma planificação e política monolíngue é, em minha opinião, um mito, pois que do mesmo modo que a ecologia mostra que a sobrevivência biológica é essencialmente possível através da variedade e multiplicidade de formas, porque é que políticas multilingues oficiais (incluindo o Árabe e as línguas de origem asiática faladas originariamente por moçambicanos) tornariam as nações necessariamente mais vulneráveis e mais facilmente destrutíveis? O argumento de que a introdução de um tipo de política multilingue oficial seria prematura porque as línguas bantu não estão ainda suficientemente desenvolvidas é outro mito. O Kiswahili na Tanzânia e o Afrikaans na África do Sul não eram línguas particularmente desenvolvidas quando adquiriram o estatuto de língua oficial nos seus respectivos países. O Krio na Serra Leoa, que era originariamente uma língua pequena em termos do número de falantes, tornou-se, por via de acções de promoção, uma língua franca grande e desenvolvida. Quanto ao argumento dos custos económicos, ele parece-me também pouco defensável, porque cada língua é igualmente económica para o grupo populacional que a fala. Ou, em suma, socorrendo-me novamente de Alexandre Melo, nas suas reflexões sobre a contiguidade entre as políticas de inclusão e as políticas da diversidade cultural:

A tendência para a diversidade só é prejudicada quando o alargamento da área de oferta de um determinado bem implica o desaparecimento de um outro bem que aquele passa a substituir. Aí, sim, existe não apenas uma diminuição da diversidade mas também uma perda para o património cultural global. (Melo, 2002: 43)

Os antagonismos do mundo global mais não são que contiguidades conflituais, em vez de os vermos como contradições sociais e políticas. Acabamos sempre por regressar a José Craveirinha, de quem me parece oportuno recordar a seguinte passagem de um texto já antigo ('Consciência de raça'), publicado no semanário *O Brado Africano* (6/11/1954), quando se referia ao que considerava ser a ausência de uma cultura de

expressão africana em Moçambique e o que entendia ser necessário fazer, designadamente:

...não abdicar de uma cultura indígena, nem renegar uma corrente europeia, quando de tal enxerto pode surgir uma beneficiação integral na riqueza do ritmo expressional duma forma literária (1954).

E ainda sobre este posicionamento de que a globalização não é o princípio de supressão das diferenças, Craveirinha recorda o grito do poeta Senghor, do Senegal: “Porque não unir as nossas duas claridades a fim de suprimir todas as sombras?” (Craveirinha, 1954)

É óbvio que é impossível conceber e procurar materializar um programa em que todas as línguas bantu e outras sejam contempladas ao mesmo tempo. Se os planificadores não forem realistas e se, acima de tudo, não estiver assegurada a qualidade da planificação, todo e qualquer programa estará, à partida, condenado ao fracasso. Tal como poderia certamente acontecer em outros lugares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), uma política multilingue para Moçambique teria de ser concebida e implementada de modo sereno, faseado e com funções claras para cada língua ou grupos de línguas. Seria necessário fazer-se uma planificação gradual e cuidadosa, não só por necessidades de comunicação, mas também por motivos que se prendem com a racionalização de recursos. A meu ver, os argumentos-tipo esgrimidos até ao momento ocupam parte considerável da discussão que julgo conduzir-nos em direcção aos contornos de uma *lusofonia* ampla. Naturalmente, são várias as intervenções a este respeito<sup>8</sup>, mas julgo que a perspectiva

8 Baptista, M.M. (2000) *O conceito de lusofonia em Eduardo Lourenço: Para além do multiculturalismo ‘pós-humanista’*. Comunicação ao II seminário internacional ‘Lusografias’, Univ. de Évora, 11/2000. Bastos, N. (org.) (2010) *Língua Portuguesa: Cultura e Identidade Nacional*. São Paulo: IP-PUC-SP; EDUC. Bastos, N. (org.) (2006) *Língua Portuguesa: Reflexões Lusófonas*. São Paulo: EDUC. Cezerilo, L. (2005) *Obra Poética de José Craveirinha e Eduardo White: Utopia e Liberdade no Horizonte do Possível*. Maputo: Imprensa Universitária, UEM. Couto, M. (2010) Luso-aphonies, la lusophonie entre voyages et crimes. In *Et si Obama était africain?* Paris: Chandeigne. de Brito, R. e Bastos, N. (2006) Dimensão semântica e perspectivas do real: Comentários em torno do conceito de lusofonia. In Martins, M. et al. (orgs) (2006). do Rosário, L. (2007) *Lusofonia: Cultura ou ideologia?* Comunicação ao IV simpósio internacional da língua portuguesa, Maputo, 05/2007. Faraco, C.A. (2009) *Lusofonia: Utopia ou quimera? Língua, história e política*. Comunicação ao ROSAE, I congresso

de Bastos e Brito (2011: 145) é a que com mais propriedade trata o que eventualmente poderá constituir um ponto de partida para a definição da noção da lusofonia, a saber:

...a Lusofonia é um espaço simbólico linguístico e, sobretudo, cultural no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades que, no plano geo-socio-político, abarca os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – os *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)* – e Timor-Leste. No entanto, não se pode restringir a lusofonia ao que as fronteiras nacionais delimitam. Nesse modo de conceber a lusofonia, há que se considerar as muitas comunidades espalhadas pelo mundo (...). Essa síntese do mundo lusófono – que se procura reunir numa noção de lusofonia – pretende conciliar diversidades e afinidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema linguístico do português.

Considerando a possibilidade de, no futuro, como defendo e acredito, as políticas linguísticas oficiais deixarem de ser monolíngues, é claro que esse senão da designação dos países africanos, tal como aparece expressa na citação anterior, desaparecerá. Já não haverá mais PALOP! Cessarão referências do tipo ‘Portugal, Brasil e os PALOP’, ao mesmo tempo que os *palopianos* passam a ser os cidadãos que pretenderem que as suas unidades sejam, colectiva ou individualmente! Espera-se o que se deve esperar dos diplomatas. Também são pagos pelos cidadãos para pensar e encontrar caminhos para a solução destes assuntos. Já agora, designações

---

internacional de Linguística Histórica, Salvador. Fiorin, J.L. (2010) *Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia*. In Bastos (org.) (2010). Gonçalves, P. (2012) *Lusofonia em Moçambique: Com ou sem glotofagia?* Comunicação ao II congresso internacional de Linguística Histórica, São Paulo, 02/2012. Honwana, L.B. (2009) A rica nossa cultura. *Savana*, 10/06/2009. Leite, A.M. (2003) *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri. Lopes, A.J. (2012) A minha concepção a respeito da lusofonia. *Ndhaneta*. Lourenço, E. (1999) *Cultura e Lusofonia ou os Três Anéis: A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva. Martins, M. (2006) A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In Martins, M. et al. (orgs) (2006) *Comunicação e Lusofonia: Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media*. Porto: Campo das Letras. Namburete, E. (2006) Língua e lusofonia: A identidade dos que não falam Português. In Bastos, N. (org.) (2006). Ngomane, N. (2012) Lusofonia: Quem quer ser apagado? *SOL*, 06/01/2012. Noa, F. (2002) *Império, Mito e Miopia*. Lisboa: Editorial Caminho.

como ‘congresso luso-afro-brasileiro’ não têm sentido, nem emprestam dignidade a eventos e realizações dos pesquisadores! Como é que se pode partir de uma especificação singularizada e fazer integrar um espaço continental de mais de mil milhões de pessoas, vivendo em cerca de trinta milhões de quilómetros quadrados? Moçambique, por si só, e não tendo uma superfície muito grande, apesar dos seus quase 3000 km de costa, poderia conter, em si, a França, Inglaterra, Portugal e ainda a Suazilândia!

Numa nota que escrevi há pouco tempo tempo sugeri que na CPLP não existem mulheres timorenses, portuguesas ou angolanas. Nem mulheres europeias, latino-americanas ou africanas. Nem mulher de nenhuma das coordenadas do GPS. A mulher cêpê-elpiana (à falta de melhor termo) já reside na terra de ninguém! Com todos os seus atributos – e insuperavelmente a intuição, dedicação e criatividade, as mulheres da Comunidade deveriam sentar-se à mesa e acordar os traços e contornos do conceito de lusofonia.

É claro que o sentarem-se à mesa já ocorreria depois da travessia para o território da planificação. O problema está na dificuldade da livre circulação à entrada e no território. Não me refiro aos detentores do passaporte vermelho ou de passaporte verde, de quem também se espera o contributo obrigatório e moral para resolver a circulação dos concidadãos que utilizam o passaporte comum, de cor azul, no caso moçambicano. É que estes últimos precisam de passar por uma experiência que o cidadão necessitado do mundo sabe o que representa: precisam do visto. À vista do que tenho observado, não vejo como é que efectivamente se poderá vir a falar de uma Comunidade real e de uma Lusofonia assumida! E estamos muito provavelmente ainda a milhas do *Passaporte do Coração* de que Leite é portadora, tal passageira de livre trânsito a quem nem a estranheza das línguas perturba...percorrendo um caminho que não sabe, porque tudo o que aprendeu não lhe chega... (2002: 46-7).

A nível da Comunidade da África Austral (SADC), em que dos quinze países constituintes, treze têm a língua inglesa como língua oficial ou co-oficial, os moçambicanos circulam livremente sem nenhum visto. Está, inclusivamente, em adiantado processo de construção a fronteira de paragem única (*one-stop border*) entre Ressano Garcia e Komatipoort, exactamente os locais que percorreram este texto. As duas paragens requeridas agora para a amostragem e carimbagem da entrada e saída

transformar-se-ão proximamente numa paragem única. Ironicamente do espaço moçambicano para o angolano é preciso visto e vice-versa. E não vale a pena produzir argumentos atrás de argumentos sobre as dificuldades e complexidades da circulação livre intercontinental no espaço em que se fala Português. Parafraseando o ilustre jornalista Salomão Moyana, os governantes são pagos pelo dinheiro dos cidadãos para pensar e encontrar soluções, não para produzir justificações. A liberdade de circular na grande região da África Austral, incluindo no e através do país mais rico do continente, que é a vizinha África do Sul, não trouxe até aqui quaisquer problemas de fluxos migratórios inesperados ou indesejados de Moçambique para a poderosa nação, situada a pouco mais de 90 km de Maputo. É claro que através da CPLP a economia poderá vir a tornar-se numa locomotiva importante da lusofonia, mas assim acontecendo será infelizmente uma economia órfã, porque não tem consigo a força dos cidadãos, das suas línguas, das suas culturas, o que não será saudável.

## Conclusão

Concluo pelo começo. A terra de ninguém.

Renunciando aos direitos senhoriais de propriedade, em direcção ao internacionalismo e cosmopolitismo; superando receios de substituição de uma língua de comunicação mais ampla por outra; entendendo a alquimia das variedades; vencendo exclusões quaisquer que sejam; e contribuindo para que nenhuma língua morra, nem definha, estamos, assim, mais preparados para nos posicionarmos na terra de ninguém, onde a mulher já reside. De malas e bagagens, com todo o simbolismo de transformação de relações que este idiomatismo encerra.

Daí, da terra de ninguém, para a travessia em direcção ao lado da planificação – o da planificação linguística – poder ser tranquila e produtiva não se pode estar condicionado por algo comunitariamente tão excludente que nos põem num documento de viagem. Se assim continuar a ser, vamos atravessando despedidos de alma.

Requer-se estudo e decisão sobre este fenómeno *novum* de uma era tecnológica moderna, cujas ferramentas, no passado, não estavam disponíveis às estruturas do poder formal e do conhecimento. Como sabemos, todo o conhecimento é produzido no âmbito de uma determinada configuração

de circunstâncias sociais, culturais, económicas, políticas e históricas e, por isso, reflecte e reproduz essas condições. Por outro lado, o conhecimento está associado a interesses, visto que a busca do conhecimento representa interesses de determinados indivíduos ou grupos.

Sobre os mitos, deveríamos estudar a sua função sociológica, esses mesmos mitos que apoiam e sustentam uma certa ordem social. Estudar o Português como uma língua internacional e as suas funções sociológicas oferece-nos algumas áreas desafiantes de pesquisa que nos poderão permitir compreender melhor a mensagem em símbolos, como o nacionalismo, internacionalismo e o poder da linguagem.

Interagir com diferentes línguas e culturas e, do mesmo modo, interagir com a mesma língua e diferentes culturas é muito útil porque estas interacções fornecem perspectivas diferentes da nossa e nos libertam de preconceitos que, muitas vezes, são condicionados culturalmente. A língua portuguesa nunca foi um problema em Moçambique. Nem a língua inglesa. Neste contexto, é fundamental estudar os processos históricos que moldaram e continuam a moldar os contextos linguísticos, sociais e culturais de Moçambique. O papel complementar do Português e das línguas bantu é bastante bem compreendido e aceite pela sociedade em geral, mas esse papel ainda não foi bem formulado pelos teorizadores. Há que trabalhar mais, o Governo, as universidades e outras agências, porque a planificação linguística permanece inadequada. O Português, que não é essencialmente a língua da agricultura em Moçambique, é todavia a língua de ensino nas faculdades de Agronomia, porque o conhecimento moderno sobre a agricultura está disponível em Português e outras línguas. Esta língua, que não é, essencialmente, a língua do negócio nos *dumbanengues* e *tchungamoios* – os mercados informais – é porém a língua dos cursos de gestão nos institutos moçambicanos. O Português, que é alternado com as línguas bantu em muitas fábricas, é a língua de ensino nas escolas industriais e centros de tecnologia.

No dia 25 de Abril de 1993, munido de dados sobre o tipo de utilização que leitores moçambicanos faziam da Biblioteca dos Serviços Culturais da Embaixada Portuguesa em Maputo, dados esses facultados por José Capela (José Soares Martins, nome de baptismo), à altura, Adido Cultural, mas muito mais do que isso porque a sua trajectória se confunde com a memória da história recente dos dois povos, apresentei uma comunicação ao

simpósio 'Portugal e a Época dos Descobrimentos' na *University of Southern California* em Los Angeles, que se intitulava "The Age of Re-discovery: The Portuguese language in Mozambique" [A Época dos Re-Descobrimentos: A língua portuguesa em Moçambique], de que extraio a seguinte passagem:

O facto de toda a gente estar ansiosa por aprender a desenhar um mapa de convivência, através do re-descobrir um novo papel para a língua portuguesa como língua de unidade entre nações e comunidades e como língua de interação dinâmica em contextos multilingues é um sinal necessário e inescapável da nossa nova Época. E em honra da língua portuguesa do passado, presente e futuro deveríamos erigir o Monumento esquecido. (Lopes, 1995: 85)<sup>9</sup>

E o que é que adicionaria hoje?

Talvez um centro de cultura-museu vivo em cada país da Comunidade em honra da lusofonia para que cidadãos livres, sem visto de entrada, os visitem e neles pensem e debatam o nosso agora e o nosso amanhã.

Finalmente, e sem querer re-editar a Época dos Descobrimentos, agradeço ao Minho a oportunidade de ter descoberto o Moisés e a sua vontade de ler e pensar o mundo, mesmo o país quase invisível a que pertença e de onde venho. Muito obrigado.

## Referências

- BAMGBOŞE, A. (2000). *Language and Exclusion: The Consequences of Language Policies in Africa*. Hamburgo: Lit Verlag.
- BASTOS, N. B. e de Brito, R. P. (2011). Mia Couto: 'Somando colorações' no vocabulário da lusofonia. *Matraga* [Revista de Estudos Linguísticos e Literários] 18:28: 143-57.
- BOURDIEU, P. (1986 [1983]). The forms of capital. In J. Richardson (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp.241-58) [Originalmente publicado em Alemão por Otto Scharz & Co., 1983].

---

9 The fact that everyone is eager to learn how to draw a map of camaraderie by re-discovering a new role for Portuguese as a language of unity among nations and communities and as a language of dynamic interaction in multilingual contexts is a necessary and inescapable sign of our new Age. And in honour of the Portuguese language past, present and future, the forgotten Monument should be erected.

- CABRAL, A. (1975). *Empréstimos Linguísticos nas Línguas Moçambicanas*. Lourenço Marques: Empresa Moderna.
- CAVACAS, F. (1999). *Mia Couto: Brinciação Vocabular*. Lisboa: Mar Além & Instituto Camões.
- COUTO, M. (1993). Celebrar uma cultura mulata. 'Xipalapala Artes e Letras', ano II, n.º 88, *Notícias*, Maputo, 20/12.
- CRAVEIRINHA, J. (1954). Consciência da raça. *O Brado Africano*, 6/11/54.
- FOUCAULT, M. (1982). The subject and power. *Critical Inquiry* 8 (4): 777-95.
- HONWANA, L.B. (2011). Português: Língua de fazer Moçambique? Palestra convidada ao colóquio "Português em contexto africano multilingue: Em busca de consensos". Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- JAMES, C. (1993). What is applied linguistics? *International Journal of Applied Linguistics* 3.1: 17-32.
- KAPLAN, R. B. & Baldauf, Jr., R. (1997). *Language Planning: From Theory to Practice*. Clevedon: Multilingual Matters, UK.
- LEITE, A. M. (2002). *Passaporte do Coração*. Lisboa: Quetzal Editores.
- LOPES, A. J. (2013). Língua portuguesa em Moçambique: Timakas, milandos e desafios. *Revista Brasileira [da Academia Brasileira de Letras]* 74: 117-34.
- LOPES, A. J. (2002). O Português como língua segunda em África: Problemáticas de planificação e política linguística. In M.H.Mateus (org.), *Uma Política de Língua para o Português* (pp.15-31). Lisboa: Edições Colibri.
- LOPES, A. J. (2001). Language revitalisation and reversal in Mozambique: The case of Xironga in Maputo. *Current Issues in Language Planning* 2: 2&3: 259-67.
- LOPES, A. J. (1999). The language situation in Mozambique. In R.B. Kaplan e R.B. Baldauf, Jr. (eds), *Language Planning in Malawi, Mozambique and the Philippines* (pp. 86-132). Clevedon: Multilingual Matters, UK.
- LOPES, A. J. (1998a). English in Mozambique: Jogging the collective memory. *Op.Cit.* [Revista da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos] 1: 39-45.
- LOPES, A. J. (1998b). Introdução: Universidade e investigação. In A. J. Lopes (org.) (1998) *Universidade e Investigação: Comunicações de Maputo* (pp.vii-xii). Maputo: Livraria Universitária, UEM.
- LOPES, A. J. (1997). *Política Linguística: Princípios e Problemas/Language Policy: Principles and Problems*. Maputo: Livraria Universitária.
- LOPES, A. J. (1995). The age of re-discovery: The Portuguese language in Mozambique. *Crossroads [Review of the Symposium on Portuguese Traditions, University of California at Los Angeles, edited by C.Hulet]* 4: 83-7.

- LOPES, A. J. (1987). The role of prior language knowledge on target language discourse processing. Versão reduzida in A. Pongweni (ed.) *Second LASU Conference Report* (pp.12-4). Harare: University of Zimbabwe Press.
- MABASSO, E. (2013). Official language, written and customary laws in Mozambican Police Stations. Comunicação apresentada à 11.<sup>a</sup> conferência bianual da Associação Internacional de Linguistas Forenses, Cidade do México, 24-7 de Junho de 2013.
- MAGAIA, A. (1997). Anglofilia moçambicana: Uma realidade histórica. *Notícias* 22/2/97.
- MAKGOKA, M.W. (1997). *Mokoko: The Makgoba Affair. A Reflection on Transformation*. Florida Hills: Vivlia Publishers.
- MARTINS, M. de L. (2011). *Crise no Castelo da Cultura: Das Estrelas para os Ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- MARTINS, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico: In Martins, M.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (eds.) *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 79-87), Porto: Campo das Letras.
- MATEUS, M.H. (2002). *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MELO, A. (2002). *Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera Editores.
- ROBINSON, C.D. (1993). Where linguistic minorities are in the majority: Language dynamics amidst high linguistic diversity. *AILA Review* 10: 52-70.
- SELINKER, L. (1992). *Rediscovering Interlanguage*. Londres: Longman.
- WHITTAKER, S. (2013). Nonracialism must include all humanity. *Mail & Guardian*, 7-13 de Junho, 2013, vol.29, n.º 23: 30, South Africa, Letters to the Editor.